

## **O Estado e a floresta: uma reflexão sobre as políticas públicas brasileiras de apoio a produtos da sociobiodiversidade Amazônica a partir de uma experiência na Terra do Meio (Pará, Brasil)**

**Leonardo de Moura**, engenheiro florestal, mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB) e assessor técnico do Instituto Socioambiental (ISA) ; **Raquel Rodrigues dos Santos**, doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), consultora e integrante dos grupos de pesquisa em Governança Florestal na USP e Ecologia Histórica e Política na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) ; **Jeferson Straatmann**, doutor em engenharia de produção pela Universidade de São Paulo (USP), e responsável pela articulação institucional para a economia da sociobiodiversidade no Instituto Socioambiental (ISA).

**Resumo:** Os produtos da sociobiodiversidade são um elo entre a conservação da Amazônia e uma economia sustentável. Políticas públicas específicas podem tornar as cadeias destes produtos viáveis e atrativas. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os desafios das políticas de apoio aos produtos da sociobiodiversidade e os mecanismos usados por comunidades locais e seus parceiros para contorná-los. O debate foca em três cadeias emblemáticas - borracha, castanha-do-pará e babaçu – tratando desde políticas de subsídio e financiamento, até os mercados institucionais. É feita uma comparação entre as políticas relacionadas ao conceito de sociobiodiversidade desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente entre 2009 e 2018, com o Plano Bioeconomia Brasil elaborado pelo Ministério da Agricultura durante o governo Bolsonaro em 2019. As informações apresentadas e analisadas resultam da experiência de técnicos da organização não governamental Instituto Socioambiental ao implementar e conduzir a Rede de Cantinas da Terra do Meio (PA) durante mais de sete anos. A discussão aponta que, devido às especificidades do contexto, as políticas da sociobiodiversidade são necessárias para o desenvolvimento das cadeias dos produtos da floresta, mas que ajustes poderiam melhorar seus resultados. No caso do Plano Bioeconomia Brasil, as políticas têm pouca efetividade, devido a desconsideração das peculiaridades referentes aos povos da floresta. Na conclusão são feitas recomendações para adequação das políticas à realidade dos povos da floresta, dentre elas, a necessidade de um diálogo direto e permanente entre produtores, instituições de apoio, e os criadores e executores de políticas nos diferentes níveis estatais.

## **L'État et la forêt : une réflexion sur les politiques publiques brésiliennes de soutien aux produits de la sociobiodiversité amazonienne à partir d'une expérience à Terra do Meio (Pará, Brésil)**

**Leonardo de Moura**, ingénieur forestier, étudiant en master d'environnement et de développement rural (UnB) et conseiller technique de l'Institut Socioambiental (ISA) ; **Raquel Rodrigues dos Santos**, docteur en sciences de l'Université de São Paulo (USP), consultant et membre de groupes de recherche en gouvernance forestière à l'USP, et en écologie historique et politique à l'Université fédérale de l'ouest du Pará (UFOPA); **Jeferson Straatmann**, docteur en ingénierie de production de l'Université de São Paulo (USP), et responsable de l'articulation institutionnelle pour l'économie de la sociobiodiversité à l'Institut Socioambiental (ISA).

**Résumé :** Les produits de la sociobiodiversité sont un lien entre la conservation de l'Amazonie et une économie durable. Des politiques publiques spécifiques peuvent rendre les filières de ces produits viables et attrayantes. L'objectif de ce travail est de présenter et de discuter les défis des politiques de soutien aux produits de la sociobiodiversité et les mécanismes utilisés par les communautés locales et leurs partenaires pour les surmonter. Le débat se concentre sur trois filières emblématiques - le caoutchouc, la noix du Brésil et le babassu - et aborde tous les aspects, des politiques de subvention et de financement aux marchés institutionnels. Une comparaison est faite entre les politiques liées au concept de sociobiodiversité développées par le ministère de l'Environnement entre 2009 et 2018, avec le plan Bioéconomie Brésil élaboré par le ministère de l'Agriculture sous le gouvernement Bolsonaro en 2019. Les informations présentées et analysées résultent de l'expérience des techniciens de l'organisation non gouvernementale Instituto Socioambiental dans la mise en œuvre et la conduite du réseau de cantines Terra do Meio (PA) pendant plus de sept ans. La discussion souligne que, en raison des spécificités du contexte, les politiques de sociobiodiversité sont nécessaires au développement des chaînes de produits forestiers, mais que des ajustements pourraient permettre d'améliorer leurs résultats. Dans le cas du plan de bioéconomie du Brésil, les politiques sont peu efficaces, car elles ne tiennent pas compte des particularités des peuples des forêts. Dans la conclusion, des recommandations sont faites pour adapter les politiques à la réalité des peuples des forêts, parmi lesquelles la nécessité d'un dialogue direct et permanent entre les producteurs, les institutions de soutien et les créateurs et exécutants des politiques aux différents niveaux de l'État.